

Aspectos sobre as desigualdades sócio-raciais no Brasil e no Amapá

João Paulo da Conceição Alves¹

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, com Mestrado na área de Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) na linha de pesquisa Políticas Educacionais.

RESUMO: Este trabalho constitui-se parte da pesquisa de mestrado intitulada *Perspectivas dos alunos negros da escola pública sobre sua inserção no mundo do trabalho*. Apresenta como problema as circunstâncias vividas pela população negra na sociedade brasileira e amapaense, analisando aspectos históricos, e o debate contemporâneo sobre as desigualdades sócio-raciais na sociedade brasileira e sua repercussão e (re) significação no estado do Amapá. Como resultados, verificou-se que há todo um processo exposto de subjugação sócio-racial no Brasil e no Amapá, reafirmado pelo antagonismo dos índices de desenvolvimento social quando analisados sob o critério racial. O aprofundamento desses índices recaía de maneira mais intensa sobre a população negra, o que nos aponta, que a implementação de políticas afirmativas fincadas na perspectiva de ressarcimento social, ainda não representam efetivamente uma factual ruptura com o abismo social que separa negros e brancos no Brasil, e particularmente no Amapá.

Palavras-chave: Desníveis Sociais. População Negra. Contexto educacional.

ABSTRACT: *Aspects of social and racial inequalities in Brazil and Amapá.* This work constitutes part of the master's research entitled *Perspectives of black public school students on their integration into the world of work*. It presents the circumstances as a problem experienced by blacks in Brazilian society and Amapá, examining historical, and contemporary debates on socio-racial inequalities in Brazilian society and its consequences and (re) signifying the state of Amapá. As a result, it was found that there is a whole process exposed the socio-racial subjugation and Amapa in Brazil, reaffirmed by the antagonism of the indices of social development when analyzed under the criterion of race. The deepening of these indices fell back more intensely on the black population, which shows us that the implementation of affirmative action policies grounded in social perspective of compensation, has not effectively represent a break with the factual social gulf that separates blacks and whites in Brazil And particularly in Amapá.

Keywords: Social Slice elevations. Black Population. Educational context.

1 Introdução: Elementos de uma análise histórica sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira

Ao tratarmos das desigualdades raciais na sociedade brasileira, sob um contexto histórico, observamos como episódio preliminar as circunstâncias formatadas a partir da “abolição da escravidão” (1888), em que destacamos sua materialização como uma falsa possibilidade de emancipação social dos afrodescendentes, por não ter sido oportunizado aos “negros libertos” condições de organização e ascensão social, em uma sociedade que já apontava em direção ao racismo.

Podemos considerar esse momento histórico como o embrião do desenvolvimento das teorias científicas racialistas e de todas as outras formas de justificar o racismo na sociedade brasileira, e principalmente na culminância do Brasil com o título de paraíso racial, sob o manto e de uma convivência cordial no relacionamento entre as “raças” neste cenário social. Nesse aspecto, a construção racial brasileira inicia seu processo de materialização utilizando como elemento importante a questão da mestiçagem (MUNUNGA, 1999), no sentido de reafirmação enquanto composição ou mistura racial alternativa, tipicamente brasileira.

Assim, Sílvia Romero (1993), desenvolve uma discussão racial fundada em pressupostos baseados na ideia de uma sociedade de “raças cruzadas”, centrando-se, portanto, numa perspectiva de mestiçagem para a admissão de uma raça superior, o quanto mais possível embranquecida.

Deste modo, na eminência de se admitir e se limitar dentro dos parâmetros de naturalização da mestiçagem, mascara-se toda uma situação de racismo e segregação de espaços no cenário social e, como consequência derradeira, acaba-se confirmando o mito da democracia racial instaurado visceralmente na sociedade brasileira.

Deste modo, há a compreensão que o povo brasileiro se não constitui uma só raça compacta e distinta, possui elementos para gerar um ascendente racial original futuramente. Assim, confirma-se que as teorias raciais defendidas por Romero, são factualmente evolucionistas e estas, logo, partem de características físicas para criar uma escala na qual cada raça situa-se em um patamar específico e bem delimitado.

Em circunstâncias similares, apresentamos a título de exemplo, o médico baiano Nina Rodrigues que, no fim do século XIX e início do século XX, advogava os princípios das teorias racialistas, apoiados sob uma base científica, evidenciada a partir de todo um cenário marcado por um ambiente intelectualizado de base positivista. Desta maneira, ao passo que supostamente Nina apresentava posicionamento favorável aos valores culturais dos africanos no Brasil, deixa explícita sua comunhão com Sílvia Romero no que se refere à sua visão “científica” de inferioridade do negro e da perspectiva da mestiçagem.

De acordo com Netto (2005), Nina Rodrigues, trata dos valores culturais afrobrasileiros, unicamente para demonstrar a incapacidade do negro em assimilar tais valores, pelo fato, segundo o autor, de ser desprovido do

pensamento abstrato, na qual a raça branca apresentava incontestáveis vantagens.

Já em Gilberto Freyre, há uma manifestação em relevo no que se refere à ideia da “miscigenação” em que, se destaca inclusive por tomar vieses diferenciados, por homogeneizar as “raças”, não apresentando o negro necessariamente como negro, mas sob uma perspectiva da mestiçagem, o que por sua vez, aprofunda as vantagens e contradições sociais do branco sobre o negro. Segundo esse argumento, essa faceta diferenciada atribuída ao negro, reproduz fatalmente o discurso dominante da brutal perspectiva de embranquecimento da população, respaldado teoricamente pelo conjunto de ideias racialistas então veiculadas.

Carvalho (2003) denota que Gilberto Freyre, ao discutir a questão da mestiçagem, não faz diferenciação entre as raças e, nesse sentido, a mestiçagem não constituiria problema, mas sim vantagem. Desta forma, Freyre neutraliza a denúncia contra o racismo e aos entraves de ascensão social dos negros, justamente por postular a inexistência das desigualdades entre as raças.

Nos anos 50 e 60, emergem discussões carregadas desta relação (racismo e classe social), que se apresentam, por um lado, como momentos importantes para a desmistificação do racismo na sociedade brasileira, mas por outro, como reforçador da democracia racial. E é, nesta ordem, que se vê Florestan Fernandes e Roger Bastide, como importantes referências no tratamento destas discussões, demonstrando elementos importantes na

desmistificação das desigualdades raciais, ao tratarem de um viés social, especificamente ligado à questão da pobreza como fio condutor da problemática racial na sociedade brasileira.

Assim sendo, Florestan vem possibilitar uma nova leitura sobre a questão racial ao associá-la a desníveis de oportunidades sociais e, isentando qualquer acúmulo ou herança do passado, no que se refere à desvantagens historicamente acumuladas. A partir de Florestan (1965), temos a inicialização da construção de críticas à “democracia racial brasileira”, ao afirmar que o preconceito de cor é uma herança do passado, que tende a desaparecer com o avanço da ordem competitiva e que a dinâmica e transitoriedade das classes é mais importante que as diferenças raciais para explicar as circunstâncias sociais vividas pelos negros.

Ambos os autores (Bastide e Florestan) têm o mérito de apresentar discussões até então inovadoras, justamente por tratar a análise do racismo ou da discriminação racial sob uma ótica sociológica e não meramente culturalista, como fora visto anteriormente. Portanto, as análises de Bastide e Florestan, apesar de apresentarem limitações políticas e teóricas em comparação com as análises contemporâneas, iniciam a inserção do fator político nas desigualdades raciais e, paulatinamente, na perspectiva de superação do cenário racista, de discussões que antecederam esses autores.

Outra interpretação dentro do debate racial brasileiro, vem apresentar-se como diretriz do pensamento

sociorracial. Trata-se de novos arranjos na conexão entre raça e classe social na conjuntura brasileira, admitindo-se o fato de por um lado, o determinismo social empurrar a população negra para as classes menos favorecidas, por outro lado, entender-se os elementos históricos e políticos na constituição do cenário social brasileiro e suas repercussões sobre a população negra, analisando solidamente a questão racial no Brasil.

Hasenbalg (1979) mostra-se bem enfático neste sentido, ao afirmar que grande parte dos negros e mulatos brasileiros apresentam-se expostos aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos socialmente subordinados. Mas, além disso, “os não brancos” sofrem um processo de desqualificação peculiar e desvantagens competitivas provindas de sua condição racial.

Esse processo supracitado pode ser comprovado na questão do trabalho na qual, de acordo com dados oficiais, há um crescente desfavorecimento da população negra no que concerne ao acesso, permanência e condições de trabalho, apresentando-se em constantes sobressaltos que, em resumo, expressam todo um contexto de precarização das condições no meio social.

Seguindo este foco, imediatamente, observando na contemporaneidade como a conjuntura sociorracial brasileira vem se constituindo, percebemos que há uma forte tendência de associação das desigualdades sócio-raciais à problemática competitiva do mercado de trabalho, sem levar-se em conta a “cor”, como ingrediente que marca a inserção social do negro na

diversidade de espaços e circunstâncias. Desta feita, o ambiente mercadológico, formado pela perspectiva da competitividade e de ascensão social de uma parcela reduzida da população, acaba se naturalizando como argumento da ausência de não brancos no mercado de trabalho.

Munanga (1996) define que, diferente de alguns que imaginam que a base do combate ao racismo está no alívio à pobreza, no crescimento econômico ou do poder aquisitivo para negros, afirma que ignorar os elementos de cunho biológico e cultural, configura-se como equívoco e conseqüentemente na fragilização do desenvolvimento desta análise, pelo fato das transformações no mercado, por mais profundas que sejam, não são capazes de alterar as diretrizes do racismo na sociedade brasileira.

O conjunto de tais discussões evidenciadas acima demonstra que os elementos cor e raça no Brasil e sua materialização sob as dimensões atuais, apresentaram-se historicamente regidos por um conjunto de fatores, omissos e, ao mesmo tempo, fortemente presentes no contexto social que, por sua vez, foram se constituindo e atingindo as dimensões atuais, a partir principalmente da influência de ideias racialistas e das perspectivas de uma raça mestiça.

A partir de então, trataremos da materialidade das desigualdades raciais na sociedade brasileira, explicitando questões como a presença do negro no Amapá, dentro de um quadro histórico, e sua inserção em um cenário de reconfiguração produtiva do capital. E, como elemento derradeiro, construiremos uma análise sobre as

desigualdades raciais a partir de um recorte da condição de desfavorecimento social de mulheres negras.

2 Desigualdades raciais na sociedade brasileira: uma harmonia acidentada

Ao demonstrarmos a materialização das desigualdades sociais entendemos, a princípio, como relevante, esboçarmos um quadro nacional, que a partir de dados oficiais, revele a conjuntura social a que está inserida a população negra. Optamos por essa metodologia de apresentação, para factualmente mensurarmos e construirmos constatações fundamentadas sobre a participação real dos negros no mundo do trabalho e, por conseguinte, no contexto social brasileiro, para em seguida partirmos para a análise teórica dos dados.

Desta forma, elucidamos alguns dados referentes à atividade e desocupação da PIA (População em Idade Ativa), por cor ou raça, nas regiões metropolitanas do Brasil, onde tem-se o seguinte:

Tabela 1: Taxa de atividade e desocupação da PIA, por cor ou raça nas Regiões Metropolitanas

	Tota l	Re cife	Sal vad or	BH	RJ	SP	Porto Alegre
Taxa de atividade	57,1	49,4	56,8	57,2	55,3	60,1	55,8
Branca	57,5	51,3	60,0	58,1	54,4	60,0	55,8
Preta/Parda	56,5	48,7	56,3	56,4	56,4	60,1	56,2
Taxa de desocupação	12,8	12,6	17,1	12,1	9,8	14,6	9,6
Branca	11,1	11,7	9,3	10,3	8,2	13,1	9,2
Preta/Parda	15,3	13,0	18,3	13,8	11,8	18,4	13,0

Fonte: PME – Versão Adaptada (BRASIL, 2004)

Diante da tabela apresentada acima, observamos o desfavorecimento da população negra economicamente ativa no conjunto das regiões metropolitanas, visto que a partir da taxa de desocupação por cor ou raça, verificou-se que, dentre os 57,5% de brancos economicamente ativos, 11,1% eram desocupados e 88,9% ocupados. Entre a população preta ou parda economicamente ativa - 56,5% - a proporção de desocupados era de 15,3% e a de ocupados, 84,7%.

As desigualdades sobre a situação do negro enquanto ocupação e desocupação se aprofundam, quando analisamos particularmente as taxas de desocupação de Salvador (sendo que esta se constitui na 2ª maior população negra do país), onde, a partir de dados de 2004, de uma população branca economicamente ativa de 60%, um percentual de 9,3% se encontra desocupado. Se fizermos essa análise sobre a população negra, verificamos que de uma população de 56,3%, um percentual de 18,3% encontrava-se desocupada, constituindo praticamente o dobro de desocupados da população branca.

Além do mais outro fato importante pode ser observado nos dados acima, a partir das taxas de atividade da população preta e parda, serem maiores que da população branca, nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e Porto Alegre, e praticamente igualarem-se em São Paulo. No entanto, observamos que as taxas de desocupação da população negra foram inferiores em todas as regiões metropolitanas analisadas.

Por essa razão, a partir da evidência acima, verificamos que salvo exceções, no acesso a uma determinada ocupação, o negro apresenta-se ladeado por uma série de transtornos, vindo apresentar na maioria das regiões metropolitanas, as mais intensas dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Esse processo de precarização das condições sociais se agudiza, quando analisamos a desocupação da população negra, mostrando evidentemente que há um processo de inferiorização racial estampado na sociedade brasileira.

Assim, os dados preliminares demonstram a existência de uma complexidade generalizada no que concerne ao acesso ao mundo do trabalho, mas que se atentarmos às condições de acesso dos negros a uma ocupação, observamos que os mesmos, em todas as regiões metropolitanas supracitadas, apresentam nítida desvantagem.

Destacamos assim que diante às novas configurações do capital e o processo de reestruturação produtiva, e aos dados das taxas de atividade e desocupação reveladas acima, temos em contrapartida a análise a respeito do trabalho qualificado para o capitalismo, em que há a solidificação da educação do trabalhador sob princípios ditados pelo mercado, e seu conjunto de transformações econômicas.

O debate sobre “trabalho qualificado” apresenta solidez nas discussões de Gentili (2005) e Kuenzer (2005), já que, diante das demandas de valorização do capital e a partir do processo de reestruturação produtiva, há a exigência de uma educação do trabalhador sob outra formatação, bem

como a organização e gestão do trabalho.

Dessa maneira, a reformulação nos padrões econômicos, repercute diretamente na estruturação de uma pedagogia atenta às demandas do capitalismo, em que as estratégias de inclusão dentro dos marcos do capital se chocam com as contradições do sistema, sob uma evidente perspectiva de exclusão.

Deste modo, o trabalhador (especificamente o trabalhador negro, a partir de um processo de precarização das condições sociais) é incluído em uma lógica de formação unilateral, traduzindo-se num processo formativo em apenas uma dimensão ou perspectiva que, neste caso, atenda às demandas do mercado, não possibilitando ao trabalhador o acesso a uma formação omnilateral, que venha suprir integralmente suas necessidades psico-afetivo-sociais.

Kuenzer (2005) embora não se refira diretamente à população negra, enfatiza esta lógica caracterizando como “exclusão includente e inclusão excludente”, ao admitir um processo marcado por estratégias de “inclusão” nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, os quais possuem um caráter “excludente” por não corresponderem aos necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo, porém formando sujeitos dentro da lógica do capital, com características flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez, eficiência, e com uma educação permanente.

Nesta perspectiva, a importância de uma formação eficiente está diretamente ligada a uma formação profissional aligeirada que, por si, forneça subsídios para melhorar as condições de empregabilidade, estando assim com maiores condições de competir no mundo do trabalho, dito “qualificado”, mas também aprofundando o contexto de exploração do trabalhador.

Esse contexto não se encerra de uma forma geral numa condição de insucesso dos sujeitos no mundo do trabalho. Por analogia, entende-se que o fato do negro ocupar espaços menos cobiçados no mundo do trabalho, mesmo algumas vezes conseguindo manter-se empregável, ou em condições de ocupar uma vaga no mercado de trabalho, evidencia-se uma vida acidentada, que, por sua vez, prolonga-se nos diversos espaços de “prestígio” social e, portanto, consolidando as desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Deste modo, entendemos que há um nítido processo de precarização das condições sociais do negro no mundo do trabalho, o que culminará diretamente na má remuneração e logo, na qualidade de vida dos negros; como alternativa a essa lógica para o negro, não há outra se não a informalidade, e a própria desocupação ou desemprego.

Castro e Barreto (1998), em suas análises sobre as possibilidades de inserção do negro no mercado de trabalho no estado da Bahia (BA), apontam que, além do processo de precarização das condições de trabalho da população negra no mercado de trabalho de Salvador, existem ainda altas taxas de desemprego na suas mais

variadas formas, aliadas à inserção em ocupações mal-remuneradas, formando o horizonte que se descortina no mercado de trabalho para os negros na Bahia. Isso explica seu permanente trânsito entre a desocupação e o trabalho precário, sendo este como limite superior de sua eventual ascensão ocupacional.

Desta forma, o tratamento das relações de desocupação com o trabalho precário da população negra, nos oferece subsídios importantes para apresentarmos parte da problemática das desigualdades raciais na sociedade brasileira, traduzidos na média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, no Brasil e nas grandes regiões. Assim temos:

Tabela 2 – Média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2006

Grandes regiões e Brasil	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça			
	Branca		Preta ou parda	
	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)
Brasil	8,8	3,4	6,6	1,8
Sul	8,5	3,2	6,7	1,9
Centro-Oeste	9,0	3,9	7,2	2,3

Nordeste	7,3	2,4	5,7	1,4
Sudeste	9,3	3,8	7,3	2,0
Norte	8,2	2,8	6,7	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2006.

Ao verificarmos a média de anos de estudo nas grandes regiões (as quais repercutem na média nacional), observamos que os alunos pretos ou pardos (negros) possuem uma escolaridade inferior em mais de dois anos, em relação à população branca. Constatação perceptível em todas as grandes regiões, com diferenças mínimas de uma região à outra.

Já na questão dos rendimentos, a situação não apresenta diferenças consideráveis, pois constatamos que o rendimento médio mensal da população branca em salários mínimos, é quase duas vezes maior que a renda mensal da população negra. Tais situações são constantes em todas as regiões brasileiras e evidentemente na média nacional.

Nesse caso, utilizou-se a questão da “Média de anos de estudo” e o “Rendimento médio mensal de todos os trabalhos” de brancos e não-brancos, como importantes indicativos da situação do negro no contexto social brasileiro e amazônico. Sob uma análise parcial destacamos que tais indicativos sustentam um marcante desequilíbrio sócio racial entre negros e brancos, dando nitidez à presença do racismo.

Apresentamos, agora, uma tabela similar a anterior, mas desta vez tratando da média de anos de estudo e rendimento mensal de todos os trabalhos por cor ou raça, nos estados da Região Norte, onde percebemos que:

Tabela 3 - Média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo a Região Norte, e a área metropolitana de Belém – 2006

Região Norte	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça			
	Branca		Preta ou parda	
	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)
Rondônia	7,0	3,2	6,5	2,2
Acre	7,5	2,9	6,3	2,2
Amazonas	9,3	3,1	7,7	1,9
Roraima	8,5	3,5	7,4	2,0
Pará	7,9	2,5	6,3	1,7
Região metrop. de Belém	9,5	3,0	8,2	2,0
Amapá	9,6	3,0	7,7	2,1
Tocantins	8,6	2,9	6,3	1,6
Norte	8,2	2,8	6,7	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2006.

Ao analisarmos os dados apresentados acima, constatamos imediatamente que as desigualdades raciais e, especificamente as condições de vida da população negra na Região Norte, não apresentam grandes diferenças quanto às grandes regiões brasileiras, analisadas na tabela anterior, uma vez que persiste um quantitativo baixo de renda e anos de estudo das populações negras em todas as unidades da federação da Região Norte.

Assim, a população negra na região norte, apresenta de acordo com a tabela

acima, 1,5 ano de estudo a menos que a população branca; além disso, o negro apresenta como rendimento, praticamente a metade que o branco. A situação supracitada do Norte se confirma e até se radicaliza nas suas unidades federativas, dentre as quais se encontra o estado do Amapá, que mesmo a população autodeclarada negra constituir-se mais de 70% da sua população (dado fornecido pelo PNAD, 2006), apresenta quase 02 (dois) anos de estudo a menos, e um salário por volta 2/3 dos rendimentos da população branca.

Nesse sentido, a questão da média de anos de estudo, mostra-se como um complicador no estado do Amapá (como no cenário nacional), pois o déficit de anos de escolaridade da população negra, apresenta um percentual visivelmente superior em comparação à média da região norte, e inclusive aos seus respectivos estados, sendo superada apenas pelo estado do Tocantins. Esses dados mais uma vez contribuem na análise e na afirmação de que as desigualdades sociais não apresentam estanques sob um viés meramente econômico, mas possuem também o ingrediente racial, geralmente ignorado, mas, confirmado ideologicamente na sociedade brasileira e amapaense.

A situação acima permanece então engessada, em que verificamos que novamente o negro possui menos anos de estudo em relação ao branco. Essa situação se prolonga para os rendimentos da população negra, vindo ocupar no conjunto, os espaços mais precários, ou menos cobiçados, no mercado de trabalho.

Em pesquisa realizada em Belém do Pará – importante metrópole regional -, Coelho (2006), afirma que o negro, a partir de sua família, apresenta um espaço social previamente delimitado, em que se cria a ideia de que “cada coisa tem seu lugar”, de que a sociedade é constituída de lugares distintos e se conforma em uma hierarquia, incluindo a importância de se preservar esse lugar de subalternidade.

Sendo assim, a situação do negro segue a mesma tônica quando desenvolvemos a análise sobre o contexto escolar. É o que se verifica ao examinarmos alguns dados relacionados ao PNAD do ano de 2006, referentes à proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais anos de estudo, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões em 2006:

Tabela 4: Pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo com respectiva distribuição percentual, por cor ou raça no Brasil e grandes regiões

Grandes regiões	Pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo (%)			
	Total (1000 pessoas) (1)	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	9 194	77,6	3,5	17,2
Norte	412	42,8	5,0	50,7
Nordeste	1 327	56,1	4,9	38,4
Sudeste	5 147	83,0	3,6	11,1
Sul	1 547	93,1	1,2	4,6
Centro-Oeste	761	65,6	4,0	28,5

Fonte: IBGE/PNAD (BRASIL, 2007)

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Ao observarmos os dados quantitativos revelados nas tabelas acima, verificamos primeiramente que as condições educacionais da população

negra se aprofundam nas regiões Norte e Nordeste, confirmando tais regiões como as menos desenvolvidas do país. Diante disso, dentre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, que apresentam 15 anos ou mais de estudo, os indivíduos pretos e pardos, apresentam em todas as regiões brasileiras, um número de anos de estudo visivelmente inferior em comparação a população branca.

A título de exemplificação destacamos que nas regiões norte, as populações preta e parda obtêm certa vantagem, mas se lembrarmos que de acordo com dados do PNAD, 2007, a população auto-declarada negra nesta região atinge o percentual de 24,7% de brancos, 1,6% de amarelos e indígenas, e 73,8% de negros, observamos essa suposta vantagem dos negros esvair-se rapidamente.

Portanto, a população auto-declarada preta e parda que se constitui 73,8% da população da região norte, representa 55,7% das pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo, enquanto que os 24,7% dos brancos, representam 42,8% das pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo, em que tal desigualdade aponta a região norte como um exemplo da inferiorização racial que repercute no restante do país.

Desta feita, se analisarmos as desigualdades sociorraciais no processo educacional a partir da desagregação de etnias, percebemos a partir do PNAD (2006), que as taxas de anos de estudo, revelam um assombroso resultado no tocante às etnias preta e parda, ao demonstrar, por exemplo, que a população branca no Brasil apresentou em 2006 quase que o dobro de anos de

estudo que a população negra; situação alarmante que se confirmou nas grandes regiões brasileiras.

Nesta perspectiva, convencionamos que a participação incipiente do aluno negro com 15 anos ou mais de estudo na escola básica apresenta ressonância direta no mundo do trabalho (tido em tese como qualificado) e nos diversos espaços sociais que o mesmo aspirar a uma participação efetiva.

Logo, a vida acidentada da população negra, decorrente do baixo desempenho escolar, com reflexo na distribuição de renda, não apresenta outra justificativa senão o racismo. Silva (2000) analisa que os desníveis sociais entre brancos e negros esmiúçam-se principalmente nas notórias e abismais diferenças de rendimentos, marcando as desigualdades raciais na sociedade brasileira. Destarte, entende-se a “cor” como elemento principal no que tange ao tratamento diferenciado dado aos não-brancos no mercado de trabalho.

A partir da análise dos dados acima, vê-se que a exposição social desestruturada da população negra não está condicionada a eventualidades ou a fatalidades isoladas, contudo, as informações remontam a toda uma conjuntura social de desfavorecimento da população negra, expressa nos mais diversos indicadores sociais. Nesse caso, os diversos espaços e/ou segmentos sociais apresentam-se carregados de elementos que fragilizam a inserção do negro e, inevitavelmente, apontam o racismo como indicativo da materialização de tais práticas.

Portanto, a partir de toda uma fundamentação, entendemos que há um prolongamento das desigualdades

sociorraciais, quando analisamos os níveis de escolaridade da população negra. Verificamos claramente que na questão da baixa escolaridade da população negra, a escola apresenta-se como um importante cenário na materialização desse processo, ao afirmar uma educação seletiva e destinada a determinadas classes sociais, e, conseqüentemente, excludente.

E é nesta vertente que Snyders (2005) destaca que a escola favorece socialmente os privilegiados e desvaloriza os outros. Aqueles privilegiados socialmente a quem cabe os sucessos escolares, a possibilidade de uma escolaridade prolongada, assumindo futuramente postos dirigentes e, por fim, confirmando as desigualdades sociorraciais.

Desta maneira, a respeito da naturalização do conjunto das disparidades sociais, afirma novamente Henriques (2001) que nascer negro no Brasil está diretamente relacionado à possibilidade de crescer pobre, o que constitui, de forma geral, uma população de baixa renda *per capita* e, logo, desprovida de serviços elementares, evidenciando a existência da desigualdade social como parte da construção das desigualdades raciais.

3 As reconfigurações produtivas e suas repercussões sobre as desigualdades sócio-raciais no Estado do Amapá

Neste momento, a partir da contextualização condizente às relações de trabalho no modelo capitalista de produção e a materialização das desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira, analisaremos

alguns dados oficiais a respeito da conjuntura sociorracial no Estado do Amapá, atentando para como essas desigualdades se materializam e, por conseguinte, confirmam-se em comparação aos indicadores sociorraciais a nível nacional.

Preliminarmente, podemos afirmar que o Amapá apresenta-se em condições similares aos demais estados da Região Norte, ou mesmo de todo o país, confirmando assim os baixos índices de desenvolvimento social e educacional da população negra, junto aos constantes transtornos sociais verificados também nas demais unidades da federação.

Desta feita, a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado do Amapá - Amapá Produtivo¹, percebe-se primeiramente que o PIB do Estado representa apenas 0,2% do registrado pelo país (2002), enquanto que sua população alcança 0,29%. Com uma renda *per capita* de R\$ 5.233,00 em 2002, apresenta-se como a 14ª do país, com os setores produtivos primário e o secundário respondendo diretamente na economia, responsáveis, juntos, por apenas cerca de 13,8% das atividades, contra 86,2% do terciário (38,7% referentes à Administração Pública).

O conjunto de dados revela *a priori* que se torna impossível pensarmos numa economia dinâmica, responsável pela geração de emprego, renda e/ou qualidade de vida de uma forma geral, se o crescimento da população é acompanhado por uma economia do Estado estagnada, com pouca

¹ AMAPÁ. Programa Amapá Produtivo. Disponível em: <http://www.aplsamapa.com.br/?p=amapa_produtivo>. Capturado em 2008.

dinamicidade no seu crescimento. Observamos, portanto, que tais números confirmam que a economia estadual não apresenta possibilidades dinâmicas de expansão para empregar com produtividade sua população, que de acordo com o último censo (IBGE,2010), apresenta a mais alta taxa de crescimento demográfico nacional.

No que diz respeito à realidade local, podemos analisar alguns dados quantitativos referentes ao negro no Amapá, em que, considerando a distribuição da população negra no Estado, verificamos, a partir da tabela 5, que o Amapá está entre os Estados (4^a posição) que detêm as maiores percentagens de cidadãos negros no país (76,6%), apresentando números inferiores apenas à Bahia, Amazonas e Pará.

Tabela 5: Unidades da Federação com as maiores Proporções de Negros

Estado	População negra%
Bahia	79,1
Amazonas	78,6
Pará	77,0
Amapá	76,6

Fonte: IBGE/PNAD – Versão Adaptada (BRASIL,2006)

Desta maneira, para consubstanciarmos a discussão, partimos *a priori* da distribuição por cor ou raça no Brasil, onde ao observarmos os dados da PNAD (2006) verificamos que há uma verdadeira “pardiarização” da sociedade amapaense, ao apresentar 70,1% de sua população autodeclarada parda e apenas 6,5% autodeclarada preta, o que traz à tona a discussão sobre a existência de uma suposta mestiçagem presente no estado do Amapá.

Nesta perspectiva emerge a figura do sujeito mestiço, costurado sob o mito da democracia racial e nas tentativas de embranquecer ao máximo a população negra no Estado do Amapá. Dessa forma, podemos destacar que o termo mestiço, vem apresentar-se como uma construção racial alternativa aos negros, aliado a termos do tipo “moreno”, que devido toda uma carga negativa que a expressão “negro” acumula historicamente, há a necessidade de construir termos que suavizem essa condição em um Estado onde a maioria da população se insere racialmente como negra.

Schwartzman (1999) enfatiza que o termo “preto” é rejeitado pela maioria da população classificada nesta cor (ainda que seja a categoria predominante no grupo). A rejeição é mais forte entre os “pardos” e, sobretudo, os “indígenas” (ainda que o número de indígenas nas pesquisas sobre os indicadores sociais seja necessariamente muito pequeno). Existe uma grande preferência pela expressão “morena”, utilizada com intensidade por todos os grupos. O termo “moreno” tem uma conotação social positiva e reflete bem o caráter difuso das linhas de divisão étnicas e raciais no Brasil.

Seguindo esta via, a constituição de uma identidade negra mestiça constitui-se como elemento aleatório, não regido apenas por possuir uma diferença biológica, mas sim, de uma construção histórica que inviabiliza a ascensão social do negro no Estado do Amapá.

Munanga (2008) vem destacar a questão que a identidade racial é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela má percepção

que os outros têm dela, ou seja, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos.

Quando observamos a taxa de analfabetismo dos amapaenses de 15 anos ou mais de idade, por cor (pois cronologicamente, entendemos que esta seria a idade aproximada de inserção dos alunos no nível de ensino a que a pesquisa se propõe – nível médio), percebemos a situação abaixo:

Tabela 6: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor

Cor	Brasil	Norte	Amapá
Branca	6,5	7,7	3,0
Preta	14,1	15,6	7,7
Parda	14,7	12,2	5,5
Total	10,4	11,3	5,0

Fonte: PNAD – Versão Adaptada (BRASIL, 2006)

Esse quadro de analfabetismo da população negra no Estado do Amapá, somando-se à insuficiência de políticas sociais ao conjunto da população, termina por bloquear eventuais perspectivas de fomento ao Desenvolvimento Regional e Humano, se pensarmos num modelo de desenvolvimento para além das diretrizes do capital. Assim, temos, a partir da tabela 6, particularmente no Amapá, altas taxas de analfabetismo das populações preta e parda. Se considerarmos na análise a população negra (soma de pretos e pardos), teremos uma taxa de analfabetismo superior quatro vezes em comparação à população branca, o que imediatamente nos revela um contexto desigual marcado pelo racismo.

Mesmo se analisarmos a questão do analfabetismo no Amapá em anos anteriores, verificaremos que o processo de exclusão da população negra no setor educacional é alarmante, pois de acordo com a PNAD, no ano de 2006, a taxa de analfabetismo da população preta e parda apresentava-se mais que o quádruplo da população branca (ver Tabela 6), no ano de 2004, os índices de analfabetismo atingem patamares similares (5,6% para brancos, 8,8% para pardos e 14,0% para pretos). Portanto, se considerarmos a população negra, sem distinções entre pretos e pardos, observamos um quadro de desigualdade no ano de 2004 de 22,8%, constituindo novamente quatro vezes superior em relação à população branca (ANDRADE, 2008).

O contexto de inferiorização da situação do negro no Amapá é prolongado para outras situações. Ao colocarmos em relevo dados da população negra no Estado a partir do mercado de trabalho, nas categorias crescimento demográfico e de geração de empregos, encontraremos a continuidade do que ocorre no restante do país, pois as pessoas ocupadas no Amapá de cor branca, de acordo com a PNAD, tinham em 2004, em média, 9,1 anos de estudo e recebiam mensalmente 3,7 salários mínimos.

Em contrapartida, a população negra ocupada apresentava 7,3 anos de estudo e 2,4 salários mínimos de rendimento. A maior diferença foi encontrada no grupo de maior escolaridade: entre aqueles com pelo menos o ensino médio concluído (12 anos ou mais de estudo), os brancos recebiam em média R\$ 8,9 por hora, enquanto que os pretos

e pardos tinham um rendimento-hora médio de R\$ 5,8.

No ano de 2006, a situação não se alterou substancialmente em confronto com a pesquisa de 2004, porque a relação anos de estudo e rendimento mensal apresentou relativa suavização das condições de vida do negro, mesmo considerando ainda um fosso considerável na diferenciação entre negros e brancos. Dessa forma, a média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos em 2006, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, no Estado do Amapá, verificamos que a população branca apresenta 1,9 anos de estudo a mais que a população negra. Quanto ao rendimento médio, os negros percebem um pouco mais da metade dos vencimentos dos brancos.

Encontramos imediatamente a partir dos dados da PNAD que a vulnerabilidade da população negra em nosso Estado torna-se notória, resultado de um duradouro e remanescente processo de dominação social e, sobretudo racial, em que o Amapá apresenta-se visivelmente como extensão da conjuntura nacional.

Seguindo esta via, evidenciamos que as desigualdades sociais e raciais apresentam-se de forma intensa e mascarada nesta Unidade da Federação, ao maquiar políticas ínfimas ou pouco eficazes, com a intenção de dar a aparência de prioridade à problemática social e racial, mas na verdade, reproduzindo todo um perverso cenário de desigualdades instaurado na sociedade brasileira.

Sendo assim, diante da análise de dados sobre a questão racial no Estado

do Amapá, novamente colocamos em evidência a natureza dos fatores que motivam a estruturação desse contexto. Neste, não há outra diretriz que concorra com o racismo e/ou o contexto de segregação racial como fio condutor dessa situação.

Nesse caso, é importante compreendermos os efeitos perversos da suposta e pretensa democracia racial construída na sociedade brasileira para, a partir de então, percebermos, primeiramente, a articulação da desigualdade racial com a desigualdade social amarrada a teorias e ideias que ao longo do tempo fornecem elementos históricos que impermeabilizam o enfrentamento do racismo na sociedade brasileira; para assim, partirmos para a superação do cenário das desigualdades sociorraciais no Amapá e no Estado Brasileiro como um todo, invertendo prioridades no cenário social, em um processo de emancipação do negro.

4 Considerações finais: na espreita da (des) construção de cenário racista

Diante do quadro, apresentado neste estudo, marcado pelo conjunto das desigualdades raciais, e suas facetas veladas de instrumentalização, anunciamos nesse momento, algumas reflexões finais, sob a forma de aproximações conclusivas desse trabalho.

A pretensa democracia racial e a perspectiva da mestiçagem, perpassaram como elementos marcantes neste estudo, configurando-se como exemplos nítidos dessas construções históricas, na medida em que afirmam a sociedade brasileira como espaço nulo de qualquer forma de segregação por motivações raciais; isto devido a um

modelo diferenciado de colonização dos demais países circunvizinhos, o que resultou em um fator determinante na consolidação do Brasil como um “paraíso racial”.

Temos ainda, que há um prolongamento dessas circunstâncias no contexto educacional amapaense, na medida em que os dados oficiais revelam um contexto de precarização de condições sociais da população negra.

Neste caso, temos que as desigualdades econômicas no contexto educacional, contribuem para a precarização das condições sociais, da população negra, que quantificados enquanto “minorias sociais”, de acordo com dados oficiais mais recentes, somam algo em torno da metade da população brasileira. Além disso, a questão da situação financeira dos alunos negros, se apresenta dentro de uma discussão relevante no contexto das relações raciais, na medida em que se percebe os afrodescendentes como maioria da população pobre, em todas as unidades da federação.

Deste modo, verificamos explicitamente a existência de um processo de mascaramento social do negro, evidenciado a partir da forma como o racismo se nutre na sociedade brasileira, e por conseguinte é reproduzido no contexto educacional amapaense. Portanto, esse mascaramento remete-se aos processos de cordialidade difusos na educação brasileira e amapaense, apontando surdinamente para o enraizamento de um preconceito velado, evidente, porém, corrosivo neste meio social.

Nesta perspectiva, diante de todo um giro da sociedade brasileira e

amapaense, na institucionalização de ações de (re) afirmação e ressarcimento social com a população negra, torna-se contraditório o fato dos índices de desenvolvimento social apresentarem-se fragilizados e pouco animadores para este grupo. Torna-se assim, necessário compreender a efetividade de tais ações no sentido de desmistificar essa preocupante constatação.

Logo, é importante frisarmos, que as perspectivas de superação de todo esse quadro exposto, no Brasil, remetem a melhoria do conjunto de seus indicadores sociais, pois a diminuição na desigualdade do acesso à educação não tem servido para diminuir a distância entre brancos e negros em termos de escolaridade, com diferenças praticamente inalteradas há várias décadas.

Referências

- ANDRADE, A.C; **A Questão Racial na Formação de Professores da Universidade Federal do Amapá: o dito e o não dito e movimentos instituintes**, 2007. Qualificação de Projeto de Pesquisa como requisito para a pesquisa de campo do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional. MINTEG – DR, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2007.
- AMAPÁ. **Secretaria de Estado de Educação/Escola Antônio Messias dos Santos (Informações cedidas pela escola)**. Macapá/Ap: mimeo, 2008.
- CASTRO, N.A.; BARRETO, V.S. (Org.). **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A Cor Ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores - Pará, 1970-1989**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora Unama, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus, 1973.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. – 2ª Ed. Revista – São Paulo: Global (2007).

GENTILI, Pablo. **Três Teses sobre a Relação Trabalho e Educação em Tempos Neoliberais**. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: HISTEDBR, 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 2 ed. 2005, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em

desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0807.pdf. Acesso em 03 Out. 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio (PNAD 2004)**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 Jun. 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio (PNAD)**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 14 Out. 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio (PNAD): Suplemento Trabalho Infantil, 2006**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=1117. Acesso em 23 Jul. 2009.

_____. **Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais, segundo sexo e cor/raça**. PNAD, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 14 Jun. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. PNAD, 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 14 Jun. 2009.

_____. **As mulheres no alvo das políticas públicas brasileiras**. Síntese de Indicadores Sociais, 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 26 Jul. 2008.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME): PME confirma desigualdades Raciais**. Março, 2004. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 26 Jul. 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio (PNAD 2004)/Bairros**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 26 Jul. 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, Naura Silva Carapeto (org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **O anti-racismo no Brasil**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e Políticas de Combate a Discriminação – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

_____. **Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira**. Rev. Teoria e Prática da Educação, v.7, n.3, set./dez. 2004. p. 343-348. Disponível em www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/view/486/468. Acesso em 24 Abr 2008.

NETTO, José Apóstolo. **Os africanos no Brasil: Raça, Cientificismo e Ficção em Nina Rodrigues**. Revista Espaço Acadêmico – ANO IV- n 44 – Janeiro de 2005.

ROMERO, Sílvia. **História da literatura brasileira**. vol. I. Rio de Janeiro. José Olympio, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SNYDERS, Georgers. **Escola e Luta de Classes**. Centauro, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil**. Publicado em Novos Estudos CEBRAP, 55, Novembro 1999, p. 83-96. Disponível em www.schwartzman.org.br/simon/pdf/origem.pdf. Acesso em 12 de Jun. de 2009.

Artigo recebido em 05 de janeiro de 2011.

Aprovado em 19 de janeiro de 2011.